

Por uma concepção materialista de política educacional: contribuições de Antonio Gramsci

Towards a materialistic conception of educational policy: Antonio Gramsci's contributions

Por una concepción materialista de la política educativa: contribuciones de Antonio Gramsci

Fabiano Antonio dos Santos*

Resumo: Com este artigo objetivamos explicitar, através do materialismo histórico-dialético, o papel das políticas educacionais como estratégia para a construção da vontade coletiva, conceito desenvolvido por Gramsci (2011), que traduz a organização social dos grupos subalternos na luta pela produção de uma contra-hegemonia. Na primeira seção, argumentamos sobre a necessidade de as pesquisas em política educacional tomarem posicionamentos mais evidentes quanto às concepções epistemológicas adotadas, evitando, assim, um olhar neutro e desvinculado da prática social. Em seguida, apresentamos o debate sobre a ontopositividade e ontonegatividade da política e as possíveis implicações para a melhor compreensão do seu papel. Evidenciamos, ainda, o caminho teórico-prático percorrido por Gramsci ao desenvolver o conceito de vontade coletiva nacional-popular. Finalmente, destacamos as políticas educacionais como estratégias para a produção da hegemonia e da contra-hegemonia.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Vontade coletiva. Hegemonia.

Abstract: The aim of this paper is to explain the role of educational policies as strategies for the construction of the collective will through the dialectical materialism approach, a concept established by Gramsci (2011), which reflects the social organization of subordinate groups to fight for the production of counter-hegemony. In the first section, the need for the research on educational policies to take clearer positions regarding the epistemological conceptions adopted, in order to avoid a neutral and detached look into social practice is discussed. Next, the debate about the ontopositivity and ontonegativity of politics and the possible implications for a better understanding of their role is presented. After that, Gramsci's theoretical and practical trajectory while developing the concept of national-popular collective will is approached. Finally, the educational policies are pointed out as strategies for the production of hegemony and counter-hegemony.

Keywords: Educational Policies. Collective Will. Hegemony.

* Professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campus Pantanal. E-mail: <fabiano.santos@ufms.br>

Resumen: Con este artículo se pretende explicar, a través del materialismo histórico-dialéctico, el papel de las políticas educativas como estrategia para la construcción de la voluntad colectiva, concepto desarrollado por Gramsci (2011), que traduce la organización social de los grupos subordinados en la lucha por la producción de una contra-hegemonía. En la primera sección, argumentamos acerca de la necesidad de que las investigaciones en política educativa asuman posicionamientos más evidentes en cuanto a las concepciones epistemológicas adoptadas, evitando, así, una mirada neutra y desvinculada de la práctica social. Luego, presentamos el debate sobre la ontopositividade y ontonegatividade de las políticas y las posibles implicaciones para una mejor comprensión de su papel. Así, hacemos explícita la trayectoria teórica y práctica adoptada por Gramsci al desarrollar el concepto de la voluntad colectiva nacional-popular. Por último, destacamos las políticas educativas como estrategias para la producción de la hegemonía y de la contra-hegemonía.

Palabras clave: Políticas Educativas. Voluntad Colectiva. Hegemonía.

Introdução

Neste texto, pretendemos abordar as discussões sobre política educacional, ultrapassando o ponto de vista mais restrito de sua funcionalidade, ou seja, como um conjunto de normas elaboradas para orientar os sistemas educacionais. Queremos expor que a Política Educacional é, na materialidade social, mantenedora e causadora de atividade política teleológica. Seu papel, dentre outros, é de orientar e, ao mesmo tempo, constituir-se em ações políticas. A Política, num sentido materialista, não é a criadora de uma nova realidade, arbitrária e alheia à vontade racional e histórica. Isso porque os problemas educacionais não são resolvidos apenas através das políticas educacionais, “[...] pois a educação apresenta limites, especialmente pelo seu papel predominante de reprodução social.” (MASSON, 2013, p. 67). É, portanto, a própria história, em todas suas realizações concretas, uma arena em que disputam diferentes propostas de sociedade.

As políticas educativas expressam as ideologias que se configuram a partir da materialidade social. Assim, compreender o verdadeiro significado de uma política educativa só é possível com a apreensão da lógica global de um determinado sistema de produção, a qual gera uma forma específica de consciência social, trazendo implicações práticas em diferentes esferas da sociedade. (MASSON, 2013, p. 69).

A Política Educacional deixa de ter caráter contra-hegemônico exatamente quando passa a ser vista como um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos.

“A pesquisa em política educacional vincula-se à luta hegemônica”. (ALMEIDA; SILVA, 2013, p. 30). Essa afirmação reforça o caráter de materialidade das políticas educacionais, um campo que, de longe, não é neutro e requer maior clareza dos posicionamentos epistemológicos assumidos por seus pesquisadores. Considerando o necessário, senão inevitável, posicionamento político das políticas educacionais, é que recorremos a Gramsci, para entender o papel que a Política Educacional, como campo epistemológico (TELLO, 2012), ocupa no cenário de luta por hegemonia e a formação de uma vontade coletiva nacional-popular. O autor dos cadernos do cárcere aponta que as estratégias utilizadas pela classe hegemônica para se manter no poder são diversas e contam, ao mesmo tempo, com ações coercitivas e consensuais. As políticas educacionais, como campo empírico da Política Educacional (TELLO, 2012), certamente ocupam, na atualidade, um papel que vai além de ações arquitetadas para o bem ou para o mal. Não se trata, portanto, de tomar posicionamento maniqueísta ou utilitarista, como se as políticas estivessem acima das contradições inerentes à sociedade. Ao contrário, elas são fruto dessa sociedade, mas, ao mesmo tempo, podem contribuir para marcar posicionamentos de classe. Assim, este texto pretende abordar como a Política Educacional, na qualidade de campo epistemológico, deve se manter vinculada a uma perspectiva ontológica, histórica e gnosiológica, capaz de revelar caminhos possíveis à superação da sociedade pautada na exploração humana.

Pensando, em seu tempo, as estratégias para tal superação, Gramsci (2011) conclui que, para uma classe ser dominante e diretiva, é preciso que ocorra um processo de convencimento, até mais enfático que as ações de coerção. É assim que o autor reposiciona as reflexões sobre o Estado, procurando compreendê-lo de forma mais ampliada. A concepção de Estado ampliado, portanto, procura revelar as estratégias de dominação e direção de uma classe sobre a outra, da burguesia sobre os subalternos.

Com essa noção, o Estado passa a se constituir em uma arena onde se localizam as formas mais avançadas possíveis da luta de classes. É o lugar da administração dos conflitos entre as classes antagônicas e dos embates entre os interesses das classes dominante e dominada. “Nesse sentido, as políticas educativas só podem ser adequadamente analisadas se houver um entendimento profundo do Estado moderno num sentido mais amplo, assim como do Estado situado numa determinada particularidade histórica e social” (MASSON, 2013, p. 66).

Até há pouco tempo, a classe hegemônica mantinha-se na condição de dominante, primeiramente através da coerção e, posteriormente, do consenso passivo (quando os sujeitos são levados a ter um pensamento único, quando a massa é formada através da aceitação resignada do existente como algo natural). No entanto, a partir dos anos 2000, tem se percebido a adoção de novas estratégias,

muito mais abrangentes e contando com a construção de um consenso ativo, cuja estrutura se dá pela participação efetiva dos sujeitos envolvidos diretamente na recepção das políticas. A produção do consenso ativo deve partir de baixo, como chama a atenção Gramsci (2011). Isso poderia parecer um paradoxo, uma vez que contar com a participação dos indivíduos nas ações poderia reverter em maior autonomia e poder de decisão das classes subalternas.

Entretanto, “[...] para outros organismos, é questão vital não o consenso passivo e indireto, mas o consenso ativo e direto, ou seja, a participação dos indivíduos, ainda que isto provoque uma aparência de desagregação e de tumulto” (GRAMSCI, 2011, p. 333).

Exatamente para se opor a esses mecanismos sutis, porque orgânicos aos trabalhadores, é que Gramsci revela a importância da construção da vontade coletiva como práxis política, ou seja, como atividade prática e política que visa à produção de uma contra-hegemonia. Como estratégia para o desenvolvimento da grande política, das ações fracionadas de combate ao Estado capitalista, sem nunca perder de vista a relevância da superação desse modo de produção, é que as políticas sociais se transformam em ferramentas de luta. Principalmente porque são capazes de orientar ações, desenvolver conceitos, e ativar práticas que atuem diretamente na construção da vontade coletiva nacional-popular.

Assim, o presente texto parte do princípio de que pensar a epistemologia da política educacional é insuficiente, se não partimos da sua concepção histórico-ontológica. Não pretendemos analisar tal campo como uma ciência isolada que, por tal condição, produziria verdades parciais e desvinculadas da realidade concreta (ALMEIDA; SILVA, 2013). Atinar o papel das políticas educacionais, portanto, é relacioná-las ao conjunto da sociedade, à relação dialética de estrutura e superestrutura, às suas intencionalidades e às suas implicações. É, principalmente, apreender a sua funcionalidade nesta sociedade e contrapô-la, a fim de torná-la estratégia de liberdade, como assinala o autor italiano nos cadernos.

A Política das políticas educacionais

Pode parecer contraditório assegurar a existência de uma Política das políticas educacionais. Afinal, não bastaria falar em políticas educacionais para entender as suas relações de determinação teórico-práticas? Para Tello (2012), é preciso romper com uma visão restrita de Política Educacional, ou seja, como um conjunto de atividades pragmáticas sem organicidade teórica, sem teleologia definida. O autor defende que esse campo deve ser revisto, especialmente na América Latina, que tem se furtado da discussão sobre o lugar epistemológico da Política Educacional. Para Tello (2012), é imprescindível diferenciar as ações decorrentes da Política Educacional como campo referencial. Isso implica a

necessidade da tomada de posicionamentos teórico-práticos. Assim, ele distingue o campo da Política Educacional, como campo epistemológico, das políticas educacionais, como espaço empírico/propositivo. “Por esta razão, nos referimos ao termo Política Educacional como campo teórico e ao termo Políticas Educacionais como a ação política, como fenômeno educativo possível de ser investigado” (TELLO, 2012, p. 57). O autor segue declarando que a referência à Política Educacional (com letra maiúscula) como campo teórico implica a indispensabilidade da definição epistemológica dos textos, o que, segundo ele, é bastante difícil observar naqueles que procuram discutir a temática.

Por se tratar do campo epistemológico das políticas educacionais (com letra minúscula), a Política Educacional abarca um conjunto grande de referenciais teóricos, o que é evidentemente um fator positivo. Até mesmo no materialismo histórico-dialético, campo epistemológico adotado neste artigo, é possível observarmos posicionamentos distintos quanto ao papel das políticas sociais nesta sociedade, apenas para ficarmos neste exemplo.

A partir do materialismo histórico-dialético, vemos a Política Educacional como campo epistemológico e histórico, como móvel condutor de posicionamentos ideológicos marcados por projetos societários em disputa. Essa definição, ainda que ampla, permite-nos demarcar que a Política Educacional representa um campo em disputa. A Política das políticas educacionais, assim, não é um campo unilateral ou neutro. Se assim o fosse, seria apenas a agregação de ações para serem efetivadas em determinados contextos práticos. Essa compreensão restringe os sujeitos da política a meros receptores passivos de ações arquitetadas por ‘iluminados’. Não se estabelece a relação material entre os interesses econômicos e políticos responsáveis por sua formulação e a reação dos sujeitos, que pode ser realmente de passividade, mas também de combatividade. Independentemente das reações desses sujeitos, é preciso observar que essas políticas partem de uma dada realidade, voltando a ela por meio desses sujeitos.

Possivelmente uma das razões para que, atualmente, se desvinculem as políticas educacionais de uma concepção ontoteológica, é a natureza dos textos políticos oficiais. Seus autores, quase sempre representantes governamentais, procuram dar um tom de neutralidade aos escritos, como se estivessem atendendo a interesses diversos, e por isso forjam uma realidade que não evidencia as contradições inerentes à sociedade movida pelo capital. Contrapondo-se a essa visão, Masson (2013, p. 61) estabelece que “[...] não há neutralidade na produção do conhecimento, pois todo processo que envolve o conhecimento está atrelado ao intercâmbio material dos homens”. O campo das políticas educacionais não deve ser analisado como se fosse um epifenômeno, neutro e alheio à realidade concreta. Exatamente por se tratar a Política Educacional de um campo de intervenção, é que a tentativa de neutralidade conferida aos textos é uma estratégia intencional para a manutenção da hegemonia.

Por outro lado, reforçamos o entendimento de que as políticas educacionais também podem servir como manifestação da organização coletiva, cuja finalidade é a transformação social. Por se tratar de estratégia com finalidade maior, de transformação social, a Política Educacional no materialismo histórico-dialético torna-se atividade intencional e com claro posicionamento.

Isso significa que são produtos humanos, expressando, conscientemente ou não, vontades de classes e grupos sociais em conflitos, que configuram e contrapõem forças sociais, frente às quais os pesquisadores descobrem, pressupõem e conformam tendências, valores e princípios. (ALMEIDA; SILVA, 2012, p. 31).

Para a perspectiva da filosofia da práxis, como Gramsci denomina o materialismo histórico-dialético nos cadernos do cárcere, a Política Educacional é, antes de tudo, a expressão de uma dada realidade, ou a tentativa de captação e transformação dessa realidade. Essa afirmação retoma a ideia já marcada anteriormente de que ela, por si mesma, não é capaz de transformar a realidade social. As políticas educacionais expressam uma realidade e, por isso, devem ser analisadas com as devidas ressalvas e limitações estabelecidas por uma sociedade de classes antagônicas.

Ainda que expressem essa realidade, a contradição está no fato de serem, ao mesmo tempo, espaço para intervenções conscientes da necessidade de transformação das condições econômicas e sociais. A Política das políticas educacionais revela, sob nossa ótica, um caminho de fundamental importância para a organização da contra-hegemonia. Gramsci ajuda-nos a pensar a Política das políticas educacionais, neste início do século XXI, como uma forma para se ativarem consensos, estabelecerem regras, normas e vicissitudes que, muitas vezes, contrariam os interesses dos grupos subalternos, mas que são por eles defendidas como se pertencessem aos seus ideários. Para Gramsci, é crucial a intervenção dos sujeitos nas atividades organizativas da sociedade civil. Como campo em disputa, que expressa diferentes olhares e interpretações, a Política está longe de ser um assunto consensual, até em um mesmo campo epistemológico. Destacamos, a seguir, o debate sobre o sentido dado à política por dois autores, (Gramsci, 2011) e (Chasin, 1995), vinculados ao materialismo histórico-dialético, que chegam a conclusões distintas quanto ao papel da política na luta social.

Os sentidos da política: entre a ontonegatividade e ontopositividade

Os sentidos que a política ocupa no seio da sociedade capitalista levam a uma discussão bastante delicada e, ao mesmo tempo, controversa. Comentamos, neste momento, as visões de Chasin (1995) e Gramsci (2011, 2011b), autores que desenvolveram estudos sobre política sob uma perspectiva materialista e dialética,

e que acabam por apresentar interpretações em alguma medida distintas entre si. Enquanto Chasin aponta que a política é uma atividade unicamente capitalista, estudada através da ontonegatividade que ocupa, Gramsci destaca os aspectos amplos e potenciais da política e os aspectos restritos e próprios, exclusivamente da sociedade capitalista. Para o filósofo brasileiro, a política é uma atividade que não pertence à essência do ser humano; trata-se de prática acidental a ele, fortuita. Essa característica da política, como atividade exterior ao ser humano, relaciona-se, segundo Chasin (1995), à formação do Estado moderno capitalista.

Para Chasin, sua observação ontonegativa quanto à política derivaria da própria compreensão de Marx, que, segundo o filósofo brasileiro, aumenta a sua capacidade de crítica à política desde os escritos da *Gazeta Renana*. Na qualidade de adepto do pensamento hegeliano, Marx pertenceria à vertente que concebia a política como realização da essencialidade humana.

Vertente para a qual ‘estado’ e ‘liberdade’ ou ‘universalidade’, ‘civilização’ ou ‘hominização’ se manifestam como determinações recíprocas, de tal forma que a politicidade é tomada como predicado intrínseco ao ser social e, nessa condição – enquanto atributo eterno da socialidade – reiterada sob modos diversos que, de uma ou de outra maneira, a conduziram à plenitude da estatização verdadeira na modernidade. Politicidade como qualidade perene, positivamente indissociável da autêntica entificação humana, portanto, constitutiva do gênero, de sorte que orgânica e essencial em todas as suas atualizações. (CHASIN, 1995, p. 354).

Como atividade exterior, a política, para Chasin, não mais seria necessária quando fosse extinta a luta de classes. A política expressaria, assim, o estado de luta em que as classes antagonicas se encontram na sociedade do capital.

Em sentido distinto a essa compreensão ontonegativa da política, podemos ressaltar as contribuições de Antonio Gramsci e sua visão ontopositiva (política como possibilidade de liberdade e emancipação humana). Sobre tal concepção, Coutinho diz que política

[...] identifica-se praticamente com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos (passividade e manipulação que caracterizam boa parte da práxis técnico-econômica e da práxis cotidiana em geral) e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas. E, segundo essa aceção, é justo dizer com Gramsci – pois isto corresponde a um fato ontológico real – que todas as esferas do ser social são atravessadas pela prática política, contêm a política como elemento real ou potencial ineliminável. Poderemos compreender isso melhor se observarmos que, nessa aceção ampla, política em Gramsci é sinônimo de ‘catarse’ [...], uma classe social, se não é capaz de realizar essa ‘catarse’, não pode se tornar classe ‘nacional’, representante dos interesses de um

bloco histórico majoritário, e, desse modo, não pode conquistar a 'hegemonia' na sociedade. (COUTINHO, 1999, p. 90-91).

Compreender o movimento do pensamento de Gramsci é, ao mesmo tempo, apreender o sentido dado por ele à política. Influenciado pelo pensamento de Benedetto Croce, Gramsci iniciou suas atividades de agitação política com fortes traços idealistas, como poderemos acompanhar na seção seguinte deste artigo, quando começou a (re)formulação do sentido dado à vontade coletiva. Na maior parte dessa fase, Gramsci se deteve a escritos jornalísticos, especialmente voltados ao semanário *L'Ordine Nuovo*, espaço em que buscava contribuir para a formação política dos trabalhadores recém-vitoriosos na revolução. Assim como boa parte dos dirigentes dos partidos comunistas da época, Gramsci acreditava que a revolução em todo o mundo seria 'um caminho sem volta'. Esse debate tomou grande parte de seus escritos para o jornal, procurando mostrar que, embora as mudanças parecessem inevitáveis, era preciso realizar algumas mediações nesse caminho, especialmente a diferenciação entre as sociedades orientais, como a Rússia revolucionária, e as sociedades ocidentais, como a Itália. Ainda que sob forte influência do idealismo crociano, Gramsci já demonstrava diferenças quanto à compreensão do papel da política, principalmente a função da cultura, em relação a seus companheiros de partido. Enquanto sua defesa reforçava o papel da formação política dos pré-revolucionários até que as mudanças chegassem, a defesa da parte majoritária do partido, expressa por Bordiga, defendia o posicionamento dos integrantes da Segunda Internacional. Um posicionamento fatalista, engessado e a-histórico, já que retirava dos sujeitos o papel central de transformação, como se as mudanças fossem acontecer independentemente da vontade humana, cabendo apenas ter paciência para a espera.

Esse posicionamento de Gramsci reflete, assim, um entendimento dialético da política. Se por um lado ele afirmava a determinação da economia sobre a política, premissa basilar para o materialismo histórico-dialético, também acreditava que tal determinação não encerrava a importância da política para a vida revolucionária. Pouco a pouco, Gramsci foi se convencendo, ainda mais, de que a classe revolucionária não deveria se limitar à espera das mudanças promovidas na estrutura econômica, com a percepção de que muitos caminhos são primordiais até que efetivamente a sociedade regulada se concretize.

Quando Gramsci escreveu os cadernos do cárcere, sua visão sobre o papel da política já estava consolidada. Quando negou a estratégia dos maximalistas do Partido Italiano, ele já deu indícios de que sua compreensão se ampliara para as múltiplas possibilidades de intervenção a partir dessa esfera de luta pela hegemonia. Coutinho (1999) diz que essa concepção da política ampliada de Gramsci resultou na formação de uma nova consciência política e econômica. Essa nova consciência é denominada pelo autor dos cadernos de *catarse*. Para Gramsci (2011, p. 314-315), *catarse* indica

[...] a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) para o momento ético-político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do objetivo ao subjetivo e da necessidade à liberdade. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas.

Seria catártica, portanto, a ação crítica dos sujeitos da política, quando recebem orientações e ações e se posicionam favoráveis ou contrários. Nesse conceito ampliado de política, Gramsci chama a atenção para o posicionamento estratégico na construção e conservação da hegemonia. Negando as estratégias de assalto ao estado (guerra de movimento), por depreender que as sociedades de tipo ocidental viviam outra fase de socialização da política muito mais avançada que as sociedades de tipo oriental, o autor italiano assinala incansavelmente a necessidade das ações políticas como forma de construção de uma nova consciência dos grupos subalternos. Isso implicaria, segundo Gramsci, a adoção de estratégias relacionadas à política do dia a dia, de corredor, cotidiana, que não abandonaria a relação com a indispensável transformação social (GRAMSCI, 2011). As políticas educacionais servem como estratégia para a guerra de posição, para ações que não perdem de vista o caráter limitador do capitalismo, mas que não abrem mão das intervenções pontuais e cotidianas. Vale destacar, ainda, que o sentido dado para a guerra de movimento, em uma análise materialista, está vinculado à ruptura. Assim, o papel da política em Gramsci não está relacionado ao reformismo, a adaptações, mas, antes, à superação das determinações do capital.

Ainda sobre o olhar que Gramsci ofereceu em seus estudos sobre política, repousa uma abordagem restrita, relacionada às atividades governamentais e ligada diretamente aos interesses do Estado. Se numa visão ampliada de política ela aparece como atividade ineliminável, intrinsecamente ligada à constituição do ser social, na restrita é uma atividade historicamente transitória, que dependeria da extinção do estado como representante dos interesses da burguesia (COUTINHO, 1999).

Seja a partir de uma visão restrita ou ampliada da política, Gramsci demonstra compreensão sobre o processo histórico e mutável dos fenômenos sociais, expressos pela política como atividade prática humana. Sua capacidade de analisar dialeticamente a política, como atividade restrita e ampliada, mostra que, ao mesmo tempo, ele é capaz de realizar duras críticas ao modelo econômico e político, tanto do capitalismo como das estratégias do Partido Comunista Italiano. Na seção seguinte, argumentaremos a favor da tese de que as políticas podem servir para a conformação de uma nova vontade coletiva, uma vontade nacional-popular.

A concepção de vontade coletiva em Gramsci

Observa-se, em toda a obra de Gramsci, um confronto, de maneira alguma excludente, entre seus primeiros escritos, realizados ainda quando jovem, e aqueles desenvolvidos no período carcerário. Em sua juventude, o autor dos cadernos do cárcere teve os estudos marcados pela ampla influência do idealismo de Benedetto Croce, como já sustentamos preliminarmente. Procurando se opor à concepção vulgar, economicista e imobilista desenvolvida por companheiros de partido, como Amadeo Bordiga, Gramsci acabou se vinculando a Croce e Gentile, principalmente na perspectiva de mobilidade do sujeito. O problema, nessa ideia, é que o homem tudo poderia, dependendo apenas de sua vontade. Uma noção que não condiz, como se pode observar, com a materialista de Marx, Engels e Lênin. Nessa fase idealista, Gramsci acreditava que a vontade coletiva seria determinante sobre a vida social. Tal conceito, banhado de aspectos idealistas, pressupunha “[...] um dever-ser ético contraposto à ‘materialidade’ dos interesses particulares, os quais seriam capazes de gerar somente a ‘vontade de todos’ e não a vontade geral” (COUTINHO, 2009, p. 33). A vontade, nessa percepção, estaria vinculada às causas biológicas, responsáveis primeiras pela concretude das ações realizadas pelos sujeitos. A vontade seria responsável por criar uma nova realidade, seria antecessora da materialidade, livre das determinações capitalistas. Dependia, assim, da vontade coletiva a possibilidade de mudanças concretas na sociabilidade capitalista. Essa perspectiva tinha, de certa forma, uma espontaneidade que posteriormente Gramsci condenou, assegurando ser a vontade coletiva nacional-popular um conceito ativo, consciente e diretivo.

A superação dialética realizada por Gramsci foi possível por sua condição carcerária e pelo aprofundamento dos estudos sobre o método materialista desenvolvido por Marx. Depois disso, Gramsci retomou o conceito de vontade coletiva com outro grau de concretude, não mais a considerando responsável por arquitetar a realidade, mas como o resultado das determinações da realidade concreta. Nessa nova etapa de reflexões, Gramsci atribuiu ao ‘Moderno Príncipe’, o partido político, a principal responsabilidade por construir tal vontade, o que geraria uma nova hegemonia, vinda de baixo, com diretividade consciente e não mais como pura espontaneidade.

Gramsci (2011) indica que a vontade coletiva, para exprimir a tentativa de construção da contra-hegemonia, não deve prescindir de um pressuposto fundamental: o de ampla consciência dos subalternos sobre seu papel na construção da sociedade regulada. Essa concepção elimina as interpretações mecanicistas, cuja determinação econômica seria inevitável sobre a produção da política, além de reposicionar o papel da democracia como momento político central na soberania dos subalternos. Isso não retira a compreensão de Gramsci sobre o papel basilar da economia no processo de transformação:

Pode haver uma reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico? É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral. (GRAMSCI, 2011, p. 19).

Coutinho (2009) explicita que o conceito de vontade coletiva em Gramsci deve ser entendido ao lado de reforma intelectual e moral que, segundo ele, corresponde à hegemonia. A hegemonia pode ser vista como momento de diretividade que um grupo exerce sobre os demais e sobre o conjunto da sociedade, absorvendo, em um projeto único e universal, a vontade dos mais diversos grupos, formando uma nova vontade coletiva. Nesse projeto hegemônico, não há espaço para vontades particulares, ou pelo menos sua importância de direção das vontades acaba se desintegrando em utopias, sonhos, particularidades. Gramsci (2011) ressalta a distinção entre a vontade coletiva e a vontade particular. Para o autor italiano, “[...] o atributo de ‘utópico’ não é próprio da vontade política geral, mas de vontades particulares que não sabem ligar o meio ao fim e, portanto, não são nem mesmo vontade, mas veleidades, sonhos, desejos, etc.” (GRAMSCI, 2011, p. 243).

A construção da vontade coletiva vinculada diretamente à produção da hegemonia não diz respeito às vontades individuais. Gramsci critica a participação de líderes messiânicos que, numa tentativa de manutenção da hegemonia, procuram introduzir, nos mais diversos grupos sociais, sua vontade como expressão da vontade coletiva. Trata-se de uma tentativa esvaziada de objetividade, cujo resultado não produz o pensamento único ou o consenso esperado.

Desse modo, cumpre perguntar: como são edificados os alicerces indispensáveis para a construção de uma vontade coletiva nacional popular? Que estratégias podem e devem ser adotadas nesse processo dialético de formação e conformação? Como superar as vontades particulares e, em seu lugar, fazer com que se efetivem as condições para a vontade coletiva consciente e diretiva da classe subalterna? Como consequência de todas essas questões, como garantir a saída da subalternidade e, finalmente, a construção de uma contra-hegemonia vinda de baixo?

Ao mesmo tempo em que Gramsci (2011) questiona como se formam as vontades coletivas, expõe uma resposta vinculada organicamente à sua concepção de luta por hegemonia. Diz ele tratar-se

[...] de processos de desenvolvimento mais ou menos longos, e raramente de explosões ‘sintéticas’ inesperadas. Também as ‘explosões sintéticas se

verificam, mas, observando de perto, vê-se que nestes casos se trata de destruir mais do que reconstruir, de remover obstáculos exteriores e mecânicos ao desenvolvimento original e espontâneo; (GRAMSCI, 2011, p. 287-288).

Segue afirmando que é um problema substancial para a construção da vontade coletiva, principalmente porque

[...] é um processo molecular, em escala mínima, de análise difícilíssima, capilar, cuja documentação é constituída por uma quantidade incrível de livros, opúsculos, artigos de revistas e de jornais, de conversações e debates verbais que se repetem infinitas vezes e que, em seu conjunto gigantesco, representam este trabalho do qual nasce uma vontade coletiva com certo grau de homogeneidade, o grau que é necessário e suficiente para determinar uma ação coordenada e simultânea no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica. (GRAMSCI, 2011, p. 288).

Construir o caminho que leve os subalternos a saírem dessa condição implica pensar em um processo de emancipação construído cotidianamente, por meio do desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular. Isso exclui atividades particulares, tomadas por meio da vontade individual e passa a ser um projeto coletivo, com consciência coletiva sobre o papel do sujeito na ação política do dia a dia.

É exatamente sob essa perspectiva que compreendemos as políticas educacionais como estratégia de luta, como parte de conquista da diretividade, ao mesmo tempo em que são edificados os alicerces para a concretização de uma contra-hegemonia. Essas possibilidades, para Gramsci, apontam para a guerra de posição como principal estratégia de luta.

A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas de população; por isto, é necessária uma concentração inaudita da hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais 'intervencionista', que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a 'impossibilidade' de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc., reforço das 'posições' hegemônicas do grupo dominante, etc. (GRAMSCI, 2011, p. 255).

Através das estratégias que conformam a guerra de posição que pressupõe a ruptura social, Gramsci apresenta sua estratégia de luta para as sociedades ocidentais, em que a socialização da política já é realidade e a sociedade civil deixou de ser uma massa amorfa e gelatinosa (GRAMSCI, 2011).

Almeida e Silva (2013) destacam que essas estratégias da guerra de posição, quando dizem respeito às políticas, podem servir tanto para expressar a vontade coletiva da classe trabalhadora como para desarticular as forças sociais. Segundo as autoras, a segunda opção é própria das políticas educacionais contemporâneas,

cujo objetivo é a formação de consenso. Ainda para elas, assimilar o ‘lugar’ dessas políticas na atualidade implica a reflexão sobre o papel do Estado e a sua configuração. “Pensar as políticas educacionais como formadoras de consensos exige abordar o Estado e sua forma de atuar. A concepção da vontade coletiva, nacional popular correlaciona-se com o enfoque ampliado do Estado” (ALMEIDA; SILVA, 2013, p. 38).

A concepção de estado ampliado desenvolvida por Gramsci permite pensarmos dialeticamente a relação entre estrutura e superestrutura. Essa reflexão rompe com a visão de que há uma via única de determinação que vai da estrutura para a superestrutura. Gramsci, fiel à sua proposta de luta pela contra-hegemonia da classe trabalhadora, diz que há, sim, uma relação de determinação da estrutura sobre a superestrutura, mas que isso não significa a inexistência das múltiplas determinações entre as diversas esferas da estrutura e da superestrutura. Assim, a política, a cultura e a educação sofrem determinação da economia, mas acabam determinando, em menor grau, a estrutura econômica.

O autor italiano conclui, em suas análises, que as sociedades consideradas de tipo Oriental, a exemplo da União Soviética de 1917, não possuíam uma sociedade civil avançada:

[...] no Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas. (GRAMSCI, 2011, p. 262).

Quando Gramsci passou a compreender o aumento da socialização da política, percebeu que não era possível lançar mão das mesmas estratégias de luta anteriores, usadas na revolução de 1917. A guerra de posição foi amplamente defendida como forma de fortalecer, cotidianamente, as bases primordiais ao desenvolvimento da contra-hegemonia. Por isso, o conceito de guerra de posição faz parte da teoria de hegemonia, definindo novas características da luta política.

Sobre a importância do conceito de guerra de posição, Coutinho (1989, p. 89) ressalta:

Gramsci pode formular, de modo positivo, sua proposta de estratégia para os países “ocidentais”: nas formações “orientais”, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma “guerra de movimento”, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no “Ocidente”, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (“guerra de posição”), da direção político-ideológica e

do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e para sua posterior conservação.

Coutinho chama a atenção para a relevância da ação política geradora de uma nova direção político-ideológica e de consensos dos setores majoritários da sociedade. A aceitação de que as políticas educacionais são estratégias de um Estado a favor da classe dominante acaba por não considerar o movimento dialético do real, revelado na imprescindível conquista de posições e espaços contra-hegemônicos.

As políticas educacionais e a hegemonia

Assim como Almeida e Silva (2013), uma abordagem materialista sobre as políticas educacionais deve partir da concepção ampliada de Estado, desenvolvida por Gramsci (2005). Para ele, a concepção de Estado somente como espaço determinado por estratégias de força e coerção, necessárias para a dominação da burguesia, precisava ser ampliada. E é ampliada considerando-se

[...] certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.) [...] (GRAMSCI, 2005, p. 84).

A unicidade proposta por Gramsci entre sociedade política (coerção) e sociedade civil (consenso) conforma uma ideia de Estado como esfera de disputa, uma vez que a sociedade civil é vista por ele como local de confrontos entre projetos societários antagônicos.

As políticas educacionais mostram-se muito mais que estratégias reformistas, embora muitas delas se configurem originalmente com esse objetivo. A ação da sociedade civil é fundamental porque demonstra as formas de organização consolidadas entre os mais diversos grupos sociais, desde sindicatos até movimentos sociais. Adotar uma compreensão para as políticas educacionais como momento estratégico de luta para a concretização da sociedade regulada não elimina seu caráter reformista, como já enfatizamos. Muitas políticas elaboradas têm como referência as recomendações de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, que visam à adaptabilidade dos sistemas de ensino e, conseqüentemente, dos sujeitos escolares, aos ditames do capital. Mas ao se adotar a noção ampliada de Estado de Gramsci e, ao mesmo tempo, reposicionar as ações dos sujeitos frente a tais políticas, surgem, nesse espaço aparentemente estéril, alternativas significativas de luta. Sua importância está assentada na

máxima generalização da luta social analisada por Gramsci (travada entre os economicistas, defensores da guerra de movimento, e os novos comunistas italianos, defensores da relação dialética entre guerra de movimento e guerra de posição).

Compreender o papel das políticas obedece, assim, a um aprofundamento sobre seus objetivos, suas concepções epistemológicas e os impactos causados sobre a prática. Isso garante um novo posicionamento político, uma nova conceituação das políticas educacionais como arena de luta, abrindo espaço para uma intervenção crítica e concreta das possibilidades geradas nesse chamado confronto teórico-prático. Participar da elaboração e da aplicação dessas políticas e apreender os impactos causados por suas ações sobre os sujeitos só fazem sentido se conduzirem para o posicionamento da relação subalternos-burguesia na construção, ou manutenção, da hegemonia.

É preciso posicionar o embate travado entre os diferentes projetos sociais expressos nas políticas educacionais e entender que a participação social acaba se tornando realidade quando pensamos na ampliação e complexificação da participação política.

Gramsci já alertava que o principal sujeito coletivo na construção de uma vontade coletiva nacional popular era o partido político. Isso demonstra a centralidade que o autor dá à luta de classes como motor da história e, conseqüentemente, das formas concretas de organização desses trabalhadores. A participação ativa, crítica e consciente na elaboração e implementação das políticas não basta, é verdade, para que a vontade coletiva se torne concreta e não ideal. Não se prescinde, portanto, das formas mais concretas de organização dos subalternos, ainda que seja estratégia essencial de luta política pela produção de uma nova hegemonia.

Especificamente sobre esse assunto, o da luta política para a produção da hegemonia, Coutinho (2010) evidencia quão equivocadas são as interpretações generalistas, quando afirmam que a luta pela produção hegemônica acontece somente nas disputas entre diferentes projetos de sociedade. Para ele, portanto, “[...] seria equivocado pensar que só há batalha hegemônica quando grandes projetos de sociedade se enfrentam” (COUTINHO, 2010, p. 30). O autor segue sustentando que

[...] independentemente de basear-se ou não numa ideologia orgânica, uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum, naquela concepção de mundo que Gramsci definiu como ‘bizarra e heteróclita’, com frequência contraditória, que orienta – muitas vezes sem plena consciência – o pensamento e a ação de grandes massas de mulheres e homens. (COUTINHO, 2010, p. 30).

As políticas educacionais cumprem, dentre seus principais objetivos, a função de se constituírem em portadoras desse conjunto de valores e formas de ação sobre determinada realidade educacional. A efetiva participação dos sujeitos, ao disputar a diretividade dessas ações, resultando na produção de novos valores e formas de ação mais críticas e incisivas, permite colocarmos as políticas educacionais em uma arena de disputa que faz parte, como já vimos, da guerra de posição. Nesse campo de disputa, outro conceito elaborado por Gramsci, bastante pertinente para pensarmos as políticas educacionais, é a participação dos sujeitos na grande política e sua relação com a pequena política.

Segundo Gramsci (2011, p. 21),

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas e econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas, que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre diversas frações e uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política.

Conformando, assim, o arcabouço teórico-prático das políticas educacionais na colaboração para o fortalecimento de uma vontade coletiva nacional-popular, a luta travada na superestrutura política mostra-se fundamental. Ao propor a necessidade de envolvimento dos sujeitos na guerra de posição e na chamada grande política, o autor italiano chama a atenção para um fato preponderante nas lutas travadas no campo educacional, colocando em um mesmo patamar de destaque as estratégias consideradas mais pontuais, parciais e cotidianas com as estratégias totalizadoras, que visam ao assalto ao Estado, à guerra de movimento, nos moldes da revolução de 1917. Assim, a participação nas ações envolvendo as políticas educacionais não deve estar desvinculada de objetivos mais amplos, que visem à concretização da sociedade regulada, tão defendida por Gramsci.

Considerações finais

O conceito de hegemonia, para Gramsci, diz respeito ao consenso, não à coerção. Constrói-se hegemonia quando um grupo passa a dirigir a vontade coletiva do restante da população, quando há adesão a valores que não correspondem a seus interesses imediatos. Este trabalho apresentou as políticas educacionais como estratégias para a construção de uma vontade coletiva nacional-popular. As políticas não são, por si só, responsáveis diretas por tal construção. É preciso retomar Gramsci, quando aponta o papel crucial da organização coletiva dos grupos subalternos em torno do partido político,

sendo este último o grande responsável pela instauração de uma vontade coletiva voltada à formação da sociedade regulada.

O papel das políticas educacionais, ou melhor, dos sujeitos que cotidianamente se colocam em posição de disputa pela diretividade de tais políticas, representa importância para a construção da vontade coletiva, justamente porque busca confrontar projetos societários antagônicos. A compreensão das origens das políticas, seus objetivos, seus espaços de intervenção crítica, conformam a arena de disputa por um novo projeto educacional, organicamente vinculado às históricas necessidades das classes subalternas.

Assim, procuramos ampliar a visão das políticas educacionais como mero prolongamento das ações estatais capitalistas. Dialeticamente, depreendemos, apoiados na concepção ampliada de Estado proposta por Gramsci, que as políticas educacionais são, ao mesmo tempo, prolongamentos das ações estatais capitalistas e espaço primordial de inserção da sociedade civil.

Como portadoras materiais de um conjunto amplo de conceitos e práticas hegemônicas e contra-hegemônicas, as políticas educacionais devem servir como ferramentas na guerra de posição e na dura tarefa de se consolidar uma nova vontade coletiva, que passe a representar o projeto societário das classes subalternas.

Defendemos, também, a necessidade de se refletir sobre o campo da Política Educacional como espaço epistemológico em disputa. Isso implica a indispensável adoção de posicionamentos por parte dos teóricos que atuam com a temática. Sobre isso, Tello (2012) menciona a urgência de se articular uma nova forma de realizar pesquisas em políticas educacionais. Tal reformulação deve condizer com a adoção de um posicionamento ideológico e epistemológico mais evidente, garantindo clareza e coerência entre os estudos. Por isso, este texto é mais uma contribuição nessa área, que ainda busca fortalecimento e ampliação de suas discussões.

Referências

- ALMEIDA, M. L. P. ; SILVA, S. R. A perspectiva epistemológica de Gramsci e a pesquisa de políticas educacionais. In: TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. P. (Orgs.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 27-54.
- CHASIN, J. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, F. J. S. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995. p. 335-537.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R; RIZEK, C. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

COUTINHO, C. N. O conceito de vontade coletiva em Gramsci. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 32-40, jun./jun. 2009. DOI: 10.1590/S1414-49802009000100005

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**, v. 2. 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3 - Maquiavel: notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARX, K. **Para a crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MASSON, G. Orientações para o desenvolvimento de investigação em políticas educativas a partir da teoria marxista. In: TELLO, C.; ALMEIDA, M. L. P. de (Orgs.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 55-76.

OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAVIANI, D. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas: Autores Associados, 2009.

SADER, E. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012. DOI: 10.5212 /PraxEduc.v.7i1.0003

TELLO, C. (Org.). **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

TELLO, C.; MAINARDES, J. La posición epistemológica de los investigadores en Política Educativa: debates teóricos en torno a las perspectivas neomarxista, pluralista y pos-estructuralista. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 20, n. 9, p. 1-37, mar. 2012.

Recebido 30/11/2013

Versão final recebida em 01/04/2014

Aceito em 05/04/2014